

Seminário no TCE > Questão ambiental

Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, defendeu, em seminário no TCE, a regularização fundiária como medida de combate aos crimes ambientais na Amazônia. E criticou o atual sistema de controle de registro de imóveis.



Demarcação

O ministro do STJ, Reynaldo da Fonseca, considerou a demarcação de terras indígenas de "fundamental importância" para o Estado Democrático de Direito.

7.952 km²
de floresta

Foi a área desmatada na Amazônia de agosto de 2012 a julho deste ano, queda de 7,4%

Regularização fundiária precária favorece o crime

Ministro André Mendonça disse, em evento no TCE, que a falta de regularização fundiária favorece a prática de crimes ambientais na Amazônia

GIOVANNA MARINHO
giovanna@acritica.com

O ministro André Mendonça do Supremo Tribunal Federal (STF) defendeu a regularização fundiária como solução para o combate aos crimes ambientais na Amazônia. Ele palestrou sobre "Proteção ambiental e direito fundamental ao desenvolvimento" no Seminário Internacional "Direito ao Clima, Direitos da Natureza, e Assembleias Cidades pelo Clima" promovido nesta segunda-feira pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e cobrou a colaboração no combate aos crimes transnacionais dos países receptores dos produtos explorados ilegalmente.

A falta de regularização fundiária, segundo o ministro, é "um dos maiores problemas que geram a exploração ilegal das florestas". Ele lembrou que apenas 20% da Amazônia Legal é regularizada e que tem impedido a penalização dos responsáveis pelo crimes contra a natureza, pois tem sido utilizados documentos falsos para esconder produtos extraídos ilegalmente. André Mendonça criticou a falta de organização dos órgãos de controle ambiental e cobrou o uso de tecnologias. "O Brasil não sabe quem é dono do Brasil".

"O Brasil não tem um sistema de registro de imóveis, em especial rurais, que seja capaz de nos dizer quem é dono do quê. Nem o Incra, nem a Receita, nem o Ima. Hoje tem esses dados com fidelidade. Não há base de dados que se comunique, que se interopere", disse o ministro.

CONTRADIÇÃO

Mendonça apontou a maneira contraditória como os países da Europa e os Estados Unidos tratam a questão ambiental, impondo duras sanções contra o Brasil, enquanto utilizam os recursos naturais de seus territórios. Para ele, não é possível falar de sustentabilidade sem garantir o desenvolvimento e o bem-estar sustentáveis.

"Nos em questões básicas estamos ainda muito atrasados. O que isso significa? Significa não desenvolvimento, não bem estar e não sustentabilidade. Por exemplo, 100 milhões de pessoas no Brasil hoje não têm acesso a esgoto, ou pelo menos a um ano atrás, metade da população brasileira não tem acesso a uma rede adequada de esgoto", citou o ministro do STF ao lembrar que vários amazônenses não possuem acesso a saneamento básico, água potável e tratamento do lixo.

"O que chega primeiro nos debates internacionais não são questões como essas, são basicamente as questões que envolvem as nossas florestas", complementou.

As dificuldades de comunicação e a logística difícil da região amazônica foram citadas pelo ministro como um dos gargalos para a fiscalização de crimes ambientais. Por isso, ele defendeu a regularização de atividades que hoje são consideradas ilegais, para que a sociedade civil, incluindo as empresas, possam atuar como parceiros do Estado no combate aos delitos.

"Ela [empresa privada] não vai querer uma concorrência desigual.



Ministro André Mendonça, do STF, cobrou, a colaboração no combate aos crimes transnacionais dos países receptores dos produtos explorados ilegalmente.

Saiba mais

>> Sem entrevista

O ministro do STF André Mendonça não respondeu as perguntas da imprensa amazônica. Uma coletiva de imprensa foi organizada antes do início do seminário. Em pronunciamento que durou pouco mais de 1 minuto, o magistrado considerou a preservação ambiental um tema "importantíssimo" e que o estado do Amazonas é um exemplo, mesmo em meio às dificuldades.

"Eu vou trazer alguns números sobre isso em especial sobre o valor da madeira brasileira no exterior e como ela está sendo extraída de forma ilícita e vendida muitas vezes a preço inferior como um compensando tanto na Europa quando nos Estados Unidos o que é um indicativo de uma ação organizada e criminosa de que todas as autoridades públicas e sociedade como todo precisam estar atentas, fiscalizar e ter uma ação conjunta tanto na prevenção como na repressão desse crime", disse André Mendonça quando agradeceu ao convite do TCE-AM e saiu às pressas da antesala onde ocorria a entrevista.

Então eu preciso criar mecanismos de exploração sustentável das nossas riquezas".

"Hoje podemos ter dois tipos de negociações: um é achar que não preciso preservar e que eu posso explorar sem tomar cuidado com a preservação, outro é achar que para preservar adequadamente eu tenho que impedir totalmente a utilização e a exploração das riquezas naturais das nossas florestas. O que precisamos garantir, na minha opinião é uma mercado que seja regulado",



Seminário Internacional sobre Direitos do Clima e Direitos da Natureza reuniu diversas autoridades no auditório do TCE

Comentário

EDITADO POR Érico Desterro PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

'Nós fizemos uma auditoria coordenada'

Essa não é a primeira vez que uma auditoria coordenada. Os tribunais de contas sobre os órgãos de controle ambiental para fazer com que esses órgãos retribuem por exemplo os recursos adequados para o exercício de suas competências, para o exercício das polícias administrativas e fazemos isso inclusive

em um nível internacional. Tivemos em Manaus, há alguns anos, uma encontro onde vários representantes dos controles dos países amazônicos estiveram presentes e isso resultou na troca maravilhosa de experiência e estruturação das nossas auditorias ambientais".

"A pergunta que eu faço é que não entra um quilo de carne sem que eles saibam matematicamente origem. Há uma política sanitária bastante rigorosa para evitar que entre carne de áreas afetadas por algumas doenças, mas entram toneladas e toneladas de madeira de forma ilícita. Por que isso?", questionou Mendonça

defendeu André Mendonça.

COOPERAÇÃO

Para o ministro, o desmatamento não pode ser tratado somente como uma questão local, pois a criminalidade organizada entra de forma "sutil" nos sistemas de poder. Ele criticou a situação dos países estrangeiros na fiscalização dos pro-

duzidos que saíram ilegalmente do Brasil, como minério e madeira, que diferem das drogas não podem ser facilmente ocultados no trânsito. Além disso, ele expôs preocupação com o fato que essas matérias-primas estão sendo comercializadas. "Estamos vendendo a nossas 'Ferraris' da madeira a preço de banana".

Ministro propõe um conselho

Na palestra "Desenvolvimento sustentável e equidade geracional", o ministro Reynaldo da Fonseca do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendeu a criação de um "conselho de sustentabilidade" para assegurar a qualidade de vida para as futuras gerações. Em contraponto a fala de Mendonça, ele acredita que não é possível pensar apenas no combate à macrocriminalidade para a defesa do meio ambiente, sem pensar no que isso significa para o amanhã.

O colegiado, segundo o ministro, seria ouvido nos grandes projetos de infraestrutura, educacionais e de energia sempre com foco nas gerações futuras. O órgão que teria mandato fixo com representantes designados pelas instâncias democráticas.

"No Brasil, felizmente acordamos no sentido de que esse desenvolvimento precisa não significar apenas progresso, mesmo porque o progresso de hoje pode ser a extinção do amanhã", disse o ministro.

Em coletiva de imprensa, o ministro do STJ considerou a demarcação de terras indígenas de "fundamental importância" para que o Judiciário possa contribuir para com a garantia do Estado Democrático de Direito, que prevê a preservação do meio ambiente.

"Nós chegamos e encontramos aqui chegamos e encontramos aqui os povos originários. Portanto eles têm que ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos dentro da sua realidade. A demarcação indígena é importante, primeiro, para assegurar a vivência dos povos originários, e acima de tudo para fazer com que se efetive uma promessa da nossa Constituição brasileira: somos uma sociedade livre, uma sociedade justa, uma sociedade fraterna. Trataridade não existe sem igualdade entre gêneros, povos e raças", disse o ministro do STJ.

O magistrado também considerou a busca de alternativas econômicas para o Amazonas como uma das temáticas essenciais para a preservação ambiental, mas reconheceu a importância da Zona Franca de Manaus (ZFM) para o desenvolvimento da região.